

COOPERAÇÃO, AUTOGESTÃO E EDUCAÇÃO NAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO

Marisa Nunes GALVÃO¹

Ricardo CIFUENTES²

As mudanças que estão ocorrendo no espaço da produção e do trabalho indicam, sobretudo, novas possibilidades de organização social que buscam consolidar a democracia. Surgem, então, estudos e propostas que retomam idéias e valores imprescindíveis para este processo, como a cooperação, a educação e a autogestão. A nova configuração que vêm assumindo as relações de trabalho, demonstra a importância destes valores para o sucesso destas novas experiências. Estão sintetizadas, aqui, algumas discussões e propostas relativas a estas idéias, cujas contribuições para o debate são evidentes.

Novas formas de organização do trabalho

Um breve olhar sobre a realidade que estamos vivenciando, hoje, revela, ao lado de um intenso processo de precarização social, um conjunto de formas diferentes de organização da produção e do exercício do trabalho, que intencionam diferenciar-se da tradicional forma de organização capitalista. Dentre estas novas formas destacam-se as cooperativas e as Organizações Econômico-Populares - OEPs que, de acordo com Tiriba (1999) são organizações que têm conseguido atingir novos modelos de convivência no interior das unidades produtivas, entre os trabalhadores, e na comunidade local, constituindo assim, redes de produtores e consumidores do campo e da cidade (Tiriba, 1999, p. 162).

O cooperativismo, embora seja uma forma secular de organização do trabalho, está recolocando-se hoje, como alternativa para responder ao processo de desemprego e precarização social. Evidencia-se este fato por meio do notório crescimento de experiências diversificadas, inseridas nos mais diferentes setores socioeconômicos, especialmente nas últimas décadas.

Não obstante o fato de representarem, em alguns casos, a única possibilidade concreta de manutenção de postos de trabalho, as

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

² Mestre em Economia Social e do Trabalho e membro da Agência de Desenvolvimento da Economia Solidária - ADES/CUT

organizações cooperativas estão aumentando numericamente, com distintas propostas de organização da produção e do trabalho, apoiando-se em diferentes matizes ideológicas. O novo cooperativismo colocado hoje, reafirma, de acordo com Singer (s.d., p. 5), os valores ligados ao ideário socialista, quais sejam, “democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social”.

Relativamente às suas relações internas, especificamente no que concerne à gestão das cooperativas, Albuquerque (1998, p. 68) a considera multidimensional, na medida em que envolve uma dimensão humana traduzida na preocupação com os recursos humanos; uma dimensão racional traduzida na necessidade de eficiência econômica; outra dimensão relativa à legitimidade junto aos grupos da comunidade, ou seja, os associados e os consumidores, e a última dimensão relativa à continuidade/perenidade, traduzida na necessidade de desenvolvimento e manutenção do ‘saber tecnológico’ capaz de satisfazer clientes e assegurar o crescimento da organização.

Nas cooperativas consideradas verdadeiras, ou seja, aquelas que pretendem incorporar, de fato, à sua organização os princípios da cooperação e da autogestão, é possível que as relações entre os cooperados sejam desenvolvidas de forma mais democrática, autônoma e participativa. Verifica-se, nessas experiências, maiores possibilidades de que proporcionem liberdade aos trabalhadores, mesmo que esta liberdade seja acompanhada pela responsabilidade de tomar decisões. Verifica-se, também, preocupação com uma prática participativa e solidária, na medida em que procuram organizar as atividades relativas à produção, ao trabalho e à gestão, de forma a permitir maior nível de participação dos trabalhadores, tanto no que se refere às decisões pertinentes ao cotidiano do trabalho, quanto àquelas relacionadas ao planejamento geral da organização. Procuram, ainda, garantir transparência em todas as ações do grupo dirigente, por meio de reuniões informais, troca de informações e breves consultas. Abrem desta forma algum espaço para a disseminação de valores opostos àqueles próprios das empresas capitalistas, nas quais predominam o poder hierárquico exercido de forma unilateral e a acirrada competição entre todos os trabalhadores.

É importante lembrar que as experiências consideradas autênticas apresentam maiores dificuldades, especialmente do ponto de vista financeiro. A lógica de gestão dessas organizações, especialmente aquelas que optaram pela autogestão, inversa à lógica da empresa convencional, provoca dificuldades de adaptação dos trabalhadores, exigindo grande confiabilidade e, sobretudo, um novo processo de aprendizado que

se dá cotidianamente. Paralelamente a estas iniciativas, estão chamando atenção experiências cooperativas que não possuem o menor compromisso com tais princípios. Como adverte Albuquerque, a prática do cooperativismo tem sido utilizada pelo setor empresarial desconsiderando ou desviando a concepção fundamental da proposta que vincula diretamente formas de organização da produção às relações sociais delas advindas. Numa perspectiva exclusivamente gerencial, a cooperação pressupõe um modelo de desenvolvimento determinado internacionalmente, cuja autonomia das cooperativas condiciona-se à maior ou menor inserção das mesmas no sistema econômico. Pressupõe, também, a neutralização dos conflitos entre diferentes atores, uma vez que os sindicatos encontrariam maior dificuldade de ação. Acrescenta o autor que os acordos e parcerias são, ainda, uma forma de compensar as deficiências tecnológicas de algumas organizações, tendo a realidade demonstrado que, na prática, o poder de decisão permanece concentrado na empresa gestora. Até mesmo a concepção taylorista se mantém, na medida em que permanece o fracionamento da empresa na forma de um conjunto de entidades autônomas que se inter-relacionam por meio de uma rede de cooperação. Os acordos e parcerias estão, assim, submetidos à lógica da própria empresa sem, entretanto, determinarem seus fins. Adverte, ainda, que a complementariedade que se dá entre os parceiros limita-se ao plano vertical, havendo em lugar de integração, apenas uma troca de experiências que se somam. Em outras palavras, permanece a hegemonia da organização tipicamente capitalista (Ibidem, p. 65).

Nas falsas cooperativas, que se constituem tão somente em cooperativas *de fachada*, para que grandes empresas nacionais e multinacionais possam contratar mão-de-obra com menor custo e usufruir dos incentivos fiscais, são reproduzidas as mesmas relações historicamente presentes nas empresas capitalistas, caracterizadas pelo forte controle hierárquico e pela subordinação. Cabe ressaltar, inclusive, que muitas dessas experiências, ao se valerem dos princípios cooperativos, elevam o nível de exploração e a intensidade do trabalho, para limites além dos encontrados nas empresas capitalistas.

Ao lado dessas estratégias, são apontados por alguns autores, aspectos positivos da organização cooperativa. Culti (1999, p. 18-19) lembra que, não obstante as adversidades do atual contexto, as cooperativas estão sobrevivendo e enfrentando a concorrência capitalista, cabendo aos trabalhadores decidirem se querem ou não trabalhar para si próprios e se querem dispor livremente de seu trabalho, o que lhes possibilitará, também, gerir o capital. Defende que capital e trabalho devem caminhar juntos, e que devem ser abandonadas as atitudes isoladas, a concorrência entre os

trabalhadores, priorizando-se a construção da organização coletiva do trabalho a partir de um capital comum.

O papel da educação nestas organizações

Da mesma forma como ocorre na fábrica capitalista, verifica-se, de acordo com Tiriba, que nas novas unidades econômicas e no bojo do processo de trabalho existe um ambiente de educação técnica e política, na medida em que os trabalhadores aprendem a produzir bens, valores e comportamentos, que irão influenciar substancialmente as relações de produção. Lembra ainda que em qualquer espaço onde se desenvolvam relações sociais ocorre a educação, sendo importante destacar que tal espaço não está alheio ao contexto maior que o produziu. Constatando que a realidade é contraditória, compreende a autora que o *educativo* não se restringe às práticas de trabalho, ao processo de socialização e à produção de conhecimentos e valores, aspectos importantes para a viabilização econômica da unidade produtiva e para o fortalecimento da cooperação. Lembra que nesse universo educativo estão colocadas, também, as práticas que limitam a participação de todos e que estimulam o egoísmo individual e coletivo. Sendo assim, não obstante o mérito do trabalho associativo proporcionar um intenso processo educativo, deve ser considerada a possibilidade de ocorrer a *des-educação* (Tiriba, 1999, p. 163).

Seguindo nesta linha, o trabalho é, para autora, não só um princípio educativo, mas um fim educativo, especialmente ao se considerar sua importância para a viabilidade desses empreendimentos. Daí a necessidade de se articular a educação popular com a temática da relação trabalho/educação, o que possibilitaria conhecer o pensamento como o resultado da sensação, do sentimento e da intuição dos setores popularesm (Ibidem, p. 166).

Sob a ótica de várias cooperativas, a educação é especialmente relevante, porque é entendida como requisito essencial para a elaboração e execução de um projeto alternativo de relações de trabalho e de produção. A concepção de educação que tende a nortear as cooperativas autogestionárias, e que está sendo indicada pela Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, é da formação do homem integral, do cidadão trabalhador, levando em conta várias dimensões: a necessidade da educação escolarizada ou formal; da educação voltada ao saber técnico ou formação profissional; da educação política, voltada à sua atuação dentro e fora do ambiente de trabalho. Neste sentido, considera que educação formal e educação política não estão

separadas, na medida em que qualquer proposta educacional traz, implicitamente, uma posição política. Da mesma forma não é possível, nesta concepção, separar a educação humanística da educação para os negócios. Dada a disposição dos trabalhadores em empreender um conjunto de ações que objetivam a construção de laços solidários e cooperativos para a instalação de um autogoverno, ou ainda para a reelaboração de um projeto humanístico, fica evidenciada a importância da elaboração de novas propostas de educação formal e política que possibilitem a formação de uma nova cultura do trabalho. Nesta visão, está colocada a idéia segundo a qual, uma organização coletiva de trabalho será viabilizada se houver compromisso com uma determinada forma de agir e de viver (Nakano, 1997, p. 44-46).

A cultura do trabalho experimentada por muitos trabalhadores que hoje são cooperados exige um outro aprendizado, na medida em que precisam se adaptar à nova lógica, diferente do trabalho mensal, celetista, heterogerido, comandado por um patrão. Muitos dos novos cooperados precisam aprender a utilizar o potencial de conhecimento que possuem e a capacidade de se colocarem como sujeitos das relações sociais que estão desenvolvendo no interior do processo de trabalho, abandonando, assim, a cultura da subordinação.

Embora seja comum a preocupação por parte das cooperativas, especialmente aquelas que podemos denominar como autênticas, com a escolarização e a qualificação técnica dos cooperados, estas encontram dificuldades ao tentar convencer cooperados adultos de que a escolarização é requisito fundamental, não apenas para o empreendimento, mas para seu próprio desenvolvimento humano. Nesse aspecto, as dificuldades encontradas referem-se ao fato de que a escolarização não significou, para grande parte do atuais cooperados, um diferencial de remuneração, não proporcionou resultados significativos na qualidade de vida. Valorizam, então, o ensino técnico e a formação profissional que, no imaginário social, pode representar oportunidades concretas de inclusão e de obtenção de renda.³

Numa outra visão apontada por Culti, "...a organização cooperativa possibilita o resgate e a responsabilidade do saber técnico...", na medida em que os trabalhadores necessitam ter o domínio das atividades próprias de sua função e, também, de todas as demais atividades executadas,

³ Sobre esta visão, cabe ressaltar que muitas das propostas de Qualificação Profissional, sejam oriundas do poder público ou da iniciativa privada, defendem esta mesma posição, de que a escolarização ou a qualificação poderão garantir a inserção social, o emprego e melhor qualidade de vida.

seja na produção seja na administração. Acrescenta que, por meio da educação, os trabalhadores poderão tomar consciência de seu potencial e adquirir qualificação, o que viabilizará a utilização de novas técnicas de gestão a partir da participação (Culti, 1999, p. 12). Tal visão é compartilhada por alguns cooperados ao argumentarem que, através da educação, abre-se caminho para a construção de relações mais democráticas no interior das empresas, possibilitando a todos os membros a oportunidade de acompanhar, participar e fiscalizar a administração da organização, uma vez que estão adquirindo a capacidade de analisar, questionar e apresentar propostas. Dessa forma uma outra possibilidade é colocada, a inversão da lógica do controle, que passa a ser exercido a partir das bases. Além disso, o fato dos próprios trabalhadores estarem assumindo todas as funções da empresa exige que conheçam também a totalidade do processo de trabalho e que adquiram condições técnicas para desempenhar suas funções, pois o despreparo dos administradores, ou mesmo dos sócios, é, na grande maioria das vezes, o principal motivo de insucesso dessas organizações.

Diante da importância que assumem as diferentes formas de educação para o desenvolvimento das cooperativas, defende Tiriba que a integração entre trabalho e educação tem como objetivo transformar o trabalhador e a estrutura social na qual se insere, de modo a integrar também a economia popular com a educação popular. Questiona, ainda, como articular estes dois campos de conhecimento e de ação, por meio de uma prática que redimensione a racionalidade econômica e a racionalidade educativa. Para tanto, propõe uma metodologia na qual os sujeitos do processo produtivo formulem as perguntas relativas ao que precisam saber, e que busquem as respostas em seguida. Ressalta que as perguntas não surgem do nada, e sim da prática cotidiana, e devem ser colocadas e confrontadas permanentemente, num processo no qual a prática educativa se constitui em princípio educativo. Além disto, acrescenta que é necessário tentar descobrir o que está oculto no cotidiano, buscar e criar soluções técnico-políticas capazes de responder ao que é difícil e contraditório. Na verdade, aponta (Tiriba, 1999, p. 168), todos trabalhadores e intelectuais assumem o desafio de relacionar teoria e prática ou de articular o técnico com o político.

A autogestão na sociedade e nos processos de trabalho

A democratização das relações de trabalho não pode ser compreendida isoladamente. Democratizar os processos produtivos implica democratizar as relações sociais como um todo. Sendo assim, é de fundamental importância conhecer as propostas de autogestão, seja no âmbito da sociedade, seja no interior dos processos produtivos.

Autores como Castoriadis (1983) nos apontam algumas características próprias de uma sociedade hierarquizada e burocratizada, demonstrando, paralelamente, quais as diferenças relativas às mesmas questões, se colocadas numa sociedade autogerida. Nossa sociedade, diz ele, é organizada de forma hierárquica em todos os setores, desde a organização da produção e do trabalho até o sistema político e a estrutura do Estado. Dentre as funções desta hierarquia, destaca a organização da coerção, necessária para a imposição da disciplina e da obediência, além da hierarquia do comando ou do poder, que tem sido acompanhada pela hierarquia dos salários e rendimentos (Castoriadis, 1983, p. 211).

Referindo-se à sociedade autogerida, destaca que todas as decisões devem ser tomadas pela coletividade. Mesmo havendo um sistema de representações com delegados eleitos, esta representação apenas será efetiva, se tais representantes estiverem diretamente ligados e submetidos ao poder de seus representados. Lembra o autor que, para decidir, é necessário conhecimento e informação, além da definição dos critérios sobre os quais se decide. Na hierarquia do comando aqueles que decidem possuem o monopólio ou o acesso privilegiado às informações, fazendo com que sejam inibidas as capacidades coletivas, a iniciativa e a inventividade que ficam reservadas assim, à direção. Em relação à disciplina, lembra que esta não será eliminada na autogestão, mas existe uma diferença significativa se comparada à sociedade hierárquica, uma vez que no segundo caso, a disciplina será objeto de decisão coletiva (Ibidem, p. 214-216).

Outra questão apontada pelo autor refere-se ao fato de que, na sociedade hierarquizada, à minoria que possui o poder de dirigir são conferidos determinados saber e competência técnica e científica. Adverte que competência técnica e científica não equivale à competência nas tarefas de direção e gestão, a capacidade real desses dirigentes está relacionada, de modo geral, à capacidade de se manter ou subir no aparelho hierárquico. Pondera, ainda, que saber e competência são requisitos especializados, portanto, fora de seu domínio especial, um bom técnico não é melhor que os demais membros da coletividade para tomar decisão. Ao contrário, é a coletividade quem conhece bem as reais condições nas quais serão aplicadas as decisões. Centralizando-se a decisão nas mãos de poucos privilegiados, os resultados são conflitos e desperdícios. Para o autor, não há saber e competência, *a priori*, que estejam acima da opinião daqueles que realizam o trabalho. Pressupõe que numa sociedade autogerida, em lugar de recompensas financeiras, seja considerado o valor social do trabalho, o interesse do trabalhador pelo seu trabalho, o prazer de executá-lo, a criatividade e o reconhecimento dos outros. Assim, a motivação econômico-financeira não poderia impedir a manifestação de outras motivações. Pressupõe, ainda, que num sistema autogestionário, deveria haver cooperação entre aqueles que possuem determinados saberes e aqueles que apenas exercem o trabalho (Ibidem, p. 218-219).

Referindo-se a uma nova forma de organização social, Coraggio (2000) propõe um novo sistema de *economia do trabalho*, no qual seriam contempladas diferentes formas de organização e divisão do trabalho. Uma delas seriam as cooperativas de produção, capazes de reorganizar os meios e as formas de produção, devendo garantir a eficiência produtiva e a inovação organizativa, além de processos sistemáticos e continuados de educação e capacitação. Acrescenta que o produto, após satisfação das necessidades de reprodução de seus membros e da capacidade produtiva, deve destinar parte do excedente para o sustento de Centros de Pesquisa, de apoio tecnológico, ou ainda, para fundos de investimento para novos empreendimentos.

Coraggio defende, ainda, a transformação da economia popular, que se distingue da economia dos pobres, assistencialista, em sistema que possa autosustentar-se e estabelecer relações autônomas com o sistema de economia capitalista e com a economia pública. Indica várias organizações que viriam a compor uma economia do trabalho, cabendo ressaltar as cooperativas de produção de bens e serviços. A atuação destas cooperativas, nessa perspectiva, estaria articulada a um governo democrático, às organizações de base, potencializando, assim, o conjunto das atividades econômicas. Considera o desenvolvimento de um setor forte de cooperativas

de produção imprescindível para a dinamização da economia do trabalho, advertindo que esta economia não deve prever apenas a forma de organização cooperativa, pois a solidariedade deverá se estabelecer, também, em outras dimensões (Ibidem).

No que concerne à autogestão nos processos de trabalho, comenta que esta forma de organização tem crescido enquanto alternativa ao trabalho assalariado assumindo duas formas, tanto como processo de produção de bens e serviços úteis, portanto produção de valores-de-uso, quanto processo de valorização do trabalho por meio da produção cooperativa para intercâmbio direto ou no mercado, produção de valores-de-troca. Acrescenta que, nos momentos de crise econômica, essas duas formas são retomadas podendo, por um lado, representar apenas um refúgio temporário à exclusão, por outro, podem representar um novo estilo de vida, sustentado pela solidariedade, com grande potencial de comunicação global, capazes de melhorar significativamente as condições de vida dos trabalhadores (Ibidem).

Para que a autogestão se desenvolva e se sustente, Coraggio apresenta algumas condições tais como a garantia de heterogeneidade interna, indicando que as cooperativas de autogestão devem estar abertas a diferentes iniciativas. Outra condição refere-se à necessidade dessas experiências desenvolverem-se micro e macro-econômicamente, articulando os níveis pessoais, familiares e cooperativos, até atingir níveis mais complexos de articulação coletiva, incluindo redes e subsistemas de regulação setorial. Observa Coraggio, entretanto, que essas idéias exigem mudanças na dimensão cultural, o que exigirá pessoas comprometidas com a mesma idéia, com os mesmos objetivos e regras compartilhadas, inseridas nas mais diversas organizações, como escola, fábrica, ONG, Estado, Igreja etc. Nesta visão, enfatiza que os trabalhadores devem ser vistos não como objeto de assistência social, mas como sujeitos do desenvolvimento. Chama atenção, finalmente, para o fato de que um processo de mudanças como este será, certamente, permeado de contradições e conflitos. As diferenças sociais, especialmente as ocupacionais, denotam grande heterogeneidade social e, conseqüentemente, grandes diferenças de interesses. Sendo assim, paralelamente à tarefa política, deverão ter a mesma atenção programas que reconheçam a diversidade e a complexidade, favorecendo, também, o estabelecimento do diálogo e da formação de alianças.

Cooperação, autogestão e educação: processos de construção coletiva para a democracia

A consolidação e ampliação da democracia é, há muito tempo, um grande anseio da sociedade, particularmente dos trabalhadores. Porém, o conceito de democracia que tem sido disseminado, tanto pela mídia como pela estrutura de poder vigente, está limitado à participação política da população em eleições para governantes e legisladores. O conceito de democracia fica restrito a uma concepção política de natureza eminentemente delegativa, onde a população tem o direito de escolher seus representantes pelo voto. Obviamente, a democracia não está limitada ao ato de votar. Idealmente, espera-se que no exercício da democracia exista uma intensa participação popular nas decisões que podem afetar a vida da sociedade. Essa participação pode ocorrer pelo voto, por meio de manifestações, participação em fóruns e outras formas.

Porém, a democracia é um conceito mais amplo. Nele, além das relações de natureza política e social, devem ser consideradas as relações de natureza econômica. A democratização das relações econômicas é um tema pouco abordado e que encontra fortes resistências nas elites nacionais. Mas limitar a democracia ao campo das relações políticas e sociais e não avançar na democratização da economia significa ter um estado democrático incompleto, onde os cidadãos não têm o direito de exercer plenamente as suas capacidades, uma vez que o acesso à base material para sua reprodução possui um determinado grau de dificuldade que depende da classe social do cidadão.

A concentração de renda, presente em todos os países capitalistas, pode ser vista como um resultado da concentração da propriedade dos meios de produção. Uma vez que os capitalistas detêm os meios de produção, que geram renda e riqueza, detêm, da mesma forma, o poder de definir a estrutura de distribuição que, obviamente, os favorece.

A autogestão apresenta-se, assim, como uma forma de alterar a estrutura de distribuição de renda tradicional justamente porque propõe que os trabalhadores sejam os proprietários dos meios de produção coletivamente. Porém a autogestão não é somente uma proposta de propriedade coletiva dos meios de produção, ela avança para o campo das relações políticas e comunitárias. Em sua forma ideal, pressupõe uma participação ativa dos trabalhadores em todas as etapas do planejamento e da gestão do empreendimento. Portanto, não se trata apenas de uma participação econômica, mas também participação política nas decisões que afetam as condições de trabalho e renda dos trabalhadores.

A busca por espaços de participação, especialmente no que concerne às condições de trabalho, está intimamente ligada à retomada de valores solidários, associativos e cooperativos expressos nas cooperativas mais recentes. Um breve olhar sobre elas possibilita-nos verificar que o desemprego tem sido sua principal motivação, pois essas organizações sempre foram fortemente marcadas por um caráter social, que possibilita oportunidade de emprego e algum nível de socialização dos meios de produção.

Ao lado dessas, a idéia cooperativa, historicamente apropriada pelo capital, recria suas estratégias ao difundir as falsas cooperativas. Alimentando um cenário nebuloso, no qual se inserem experiências com diferentes propostas e concepções que se confundem, as falsas cooperativas possibilitam que experiências autênticas não sejam reconhecidas, sejam prejudicadas ou, até mesmo, penalizadas.

Democratizar a sociedade, retomar valores comunitários, gerir empreendimentos solidários, respeitar os princípios cooperativos, constitui-se num complexo processo de (re) aprendizagem. Sair das amarras de uma cultura desde sempre dominante, hierárquica, individualista, comandada pelo mercado, cujo saber também está concentrado nas mãos de poucos, requer o desenvolvimento de um novo e amplo processo de educação ou de formação. Além da educação que se dá no interior das escolas, nos espaços produtivos, no meio social, no espaço familiar, deve ser considerada, também, a *auto-educação*, aquela que ocorre cotidianamente, expressa na forma de agir, de pensar, na visão de mundo.

Muitas das novas cooperativas desejam efetivar uma gestão democrática, participativa e colocar em prática seus princípios embaixadores. Entretanto, para além das dificuldades de ordem objetiva, encontram a resistência de uma cultura historicamente sedimentada, que lhes impõe uma lógica da qual pretendem desvincular-se. Daí o caráter especial que assume a educação para o sucesso das cooperativas autogestionárias. Não se trata, obviamente, de indicar a educação como suficiente, mas ressaltar sua essencialidade.

A consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática pressupõe opções constantes de princípios e valores que orientam seu desenvolvimento. A autogestão, a cooperação e a educação podem ser consideradas, então, construções coletivas, capazes de indicar um caminho rumo a uma democracia participativa e verdadeira, onde a coletividade pode decidir seus rumos em todos os campos, inclusive no campo econômico.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, P. P. Cooperativas de trabalho, mudança das relações de produção? *Perspectiva*, v. 12, n.1, São Paulo, jan-mar, 1998.
- CASTORIADIS, C. Autogestão e hierarquia. In: *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORAGGIO, J. L. *Ante la flexibilización laboral: pautas para el desarrollo de una economía del traje*. (borrador), maio/2000.
- CULTI, M.N. *Sócios do suor: cooperativas de trabalho*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.
- INCUBADORA DE COOPERATIVAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Seminário sobre Incubadoras - Pontos essenciais da experiência da UFRJ. Set/1998
- KUENZER, A. Z. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo, Cortez, 1985
- NAKANO, M. Educação formal, política e empresa autogerida. In: VIEITEZ, C.G.(Org). *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP, 1997, p.42-46.
- SINGER, Paul. *Cooperativismo e Sindicatos no Brasil*. s.l.:s.d. (mimeogr.)
- TIRIBA, L. V. Economia popular urbana: sua diversidade, actores y agentes. In: *Economía Popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a al producción de una nueva cultura del trabajo*. Madrid, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e do Trabalho) - Faculdade de Sociologia e Ciências Políticas, Universidade Complutense de Madrid.